



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Srs. Fabio Garcia e Rodrigo de Castro)

Requer a realização de audiência pública para discutir a inadimplência no mercado de curto prazo de energia elétrica, impactos e soluções.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que ouvido o plenário, sejam convidadas as seguintes autoridades para discutir a grave inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo de energia elétrica, seus impactos e possíveis soluções, nesta Comissão de Minas e Energia.

- Ministério de Minas e Energia – MME, Secretário de Energia Elétrica Ildo Wilson Gründtner;
- Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Presidente Romeu Donizete Rufino;
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Superintendente Rui Guilherme Altieri;
- Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, Presidente Nelson Fonseca Leite;
- Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas - ABRAPCH, Presidente Ivo Augusto Pugnaloni; e
- Santo Antonio Energia S.A. - Diretor Presidente, Eduardo de Melo Pinto.

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informou, por meio de notícia publicada em seu *site* no último dia 7 de agosto, que a liquidação financeira das operações do Mercado de Curto Prazo (MCP) do mês de junho registrou uma inadimplência de 47,28%. A CCEE também esclareceu que 29,81% dos valores a serem liquidados têm exigibilidade suspensa por força de decisões liminares concedidas pela Justiça. Portanto, observa-se que a inadimplência real foi de 17,47%, o que equivale a R\$ 522,6 milhões.

Esses números são um termômetro da profunda crise que enfrenta o setor elétrico brasileiro. A inadimplência real revela a grave insolvência dos agentes, incapazes de honrar seus compromissos financeiros. A concessão de liminares pelo Poder Judiciário indica a fragilidade jurídica dos regulamentos que regem o setor.

Seja pelo aspecto financeiro ou pelo aspecto regulatório, revela-se urgente o acompanhamento por esta Comissão do problema evidenciado pela alta inadimplência registrada na última liquidação financeira do MCP. Portanto, requeremos a realização de audiência pública, a fim de que os representantes dos principais agentes envolvidos com a questão possam apresentar seus pontos de vista a subsidiar a CME com as informações necessárias para a sua compreensão.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2015.

Deputados **Fabio Garcia e Rodrigo de Castro**